

ENCARTE CLACSO

CADERNOS DA AMÉRICA LATINA IX



Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales

CLACSO

Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

Os *Cadernos de Pensamento Crítico Latino-americano* constituem uma iniciativa do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) para a divulgação de alguns dos principais autores do pensamento social crítico da América Latina e do Caribe: Ruy Mauro Marini (Brasil); Agustín Cueva (Equador); Álvaro García Linera (Bolívia); Celso Furtado (Brasil); Aldo Ferrer (Argentina); José Carlos Mariátegui (Peru); Pablo González Casanova (México); Suzy Castor (Haiti); Marilena Chauí (Brasil); Florestan Fernandes (Brasil); Orlando Fals Borda (Colômbia); Mayra Paula Espina Prieto (Cuba); Edelberto Torres Rivas (Guatemala); René Zavaleta Mercado (Bolívia); Rodolfo Stavenhagen (México); Milton Santos (Brasil); Silvio Frondizi (Argentina); Gerard Pierre-Charles (Haiti); Aníbal Quijano (Peru); e Juan Carlos Portantiero (Argentina) entre outros. Os *Cadernos de Pensamento Crítico Latino-americano* são publicados no jornal *La Jornada* do México e nos *Le Monde Diplomatique* da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha e Peru.

CLACSO é uma rede de 228 instituições que realizam atividades de pesquisa, docência e formação no campo das ciências sociais em 25 países: www.clacso.org

Coordenação editorial: Emir Sader

O movimento dos movimentos¹ La Paz, 7 de agosto de 2007 Auditório do Palácio das Telecomunicações Antonio Negri²

Novas condições para o novo movimento dos movimentos

O tema que me propuseram para esta conferência foi: “O movimento dos movimentos.” Trata-se, então, de definir o que foi o que é e o que esperamos que possa ser. O movimento dos movimentos nasce essencialmente como reação à crise dos anos setenta e oitenta, uma crise muito profunda na extrema esquerda. É o momento em que no movimento dos movimentos se registra uma nova situação do ponto de vista econômico, do ponto de vista político e do ponto de vista geral do seu programa e de sua capacidade de ação.

Digamos que a nova situação surge por uma transformação do capitalismo que se dá nesses anos. No começo dos anos noventa nos encontramos frente a um capitalismo desterritorializado, que já não insere sua ação dentro da forma Estado-nação. Outro elemento de transformação importante é a mutação do caráter hegemônico da definição de força de

trabalho: surge uma forma de exploração centrada cada vez mais nos elementos cognitivos – e nem tanto materiais – da produção. Um terceiro elemento é que nos encontramos frente a uma ampliação cada vez mais profunda dos processos migratórios.

Como consequência, encontramos, especialmente nos países centrais, uma grande fragmentação da organização trabalhista no próprio capitalismo, sobretudo do ponto de vista da organização do trabalho. Do ponto de vista político, começa-se a identificar, em primeiro lugar, um processo de unificação do poder do capitalismo em nível global e, em segundo lugar, a aceitação no mundo capitalista do fim da Guerra Fria. Falamos então da unificação do capitalismo desde os acontecimentos de 1917. Tudo isto significa que se produz uma nova identificação do poder central que unifica os processos de transnacionalização da produção com certas grandes po-

tências mundiais do capitalismo. Este é o cenário de fundo onde surge o movimento dos movimentos.

É muito importante enfatizar o caráter de novidade deste cenário de fundo. Esta situação emerge porque a história do movimento operário é totalmente interrompida por esta transformação. Quando Eric Hobsbawn fala de um ciclo curto, fala justamente deste parêntese heróico, formidável, que o movimento operário protagonizou no período que vai de 1917 a 1989, em que havia formado sua centralidade histórica.

O movimento dos movimentos nasce, justamente, sobre uma base que tem o caráter histórico de novidade teórica. Portanto, trata-se de interpretar a nova figura que a democracia assume a nova figura do capitalismo e a nova figura do poder; isto é, os limites da democracia, os limites do desenvolvimento capitalista e os limites da definição do poder moderno.

Os limites da democracia

Recordemos que quando o movimento dos movimentos surge expressa essencialmente uma reivindicação democrática, uma radicalização da democracia, levando em conta os limites conceituais e práticos que ela apresenta. O que isto significa? Significa que são colocados em discussão, em geral, os grandes temas fundamentais da democracia, particularmente o tema da representação. Sobre a representação se exerce precisamente a primeira grande experiência de crítica do movimento.

A participação é um tema que se desenvolverá desde Porto Alegre, segundo experiências que se basearam, sobretudo, nos níveis municipais ou nos níveis de governo regionais, que agregam fundamentalmente o valor de solicitar e impulsionar a reflexão sobre a representação. Não creio que alguém dentro do movimento dos movimentos tenha acreditado efetivamente que as experiências de participação que se desenvolveram em Porto Alegre possuísem um significado geral, típico ou paradigmático. Tratava-se, na realidade, da questão da transformação da democracia, isto é, do retorno aos grandes problemas do poder constituinte.

É necessário levar em conta, com muita atenção, que quando se enfrenta este tema crítico da representação, pode-se enfocá-lo de vários pontos de vista. Ele pode ser encarado a partir dos mecanismos da representação democrática, isto é, da crítica da transferência da soberania do povo à nação, do povo ao Estado. Também pode ser enfrentado, por exemplo, desde a ineficácia da representação na ação executiva, isto é, na dissolução sistemática do conceito de governo naquilo que se denomina *governance* (governabilidade), isto é, na dissolução da tradição de governo, da prática e seu exercício. Isto significaria que, em geral, está em crise a relação entre o sujeito da representação e o exercício do poder.

A questão do trabalho

A segunda grande temática que enfrenta o movimento dos movimentos, depois da representação, é a questão do trabalho. E quando ela é abordada, pode ser de diferentes pontos de vista. O ponto de vista que emerge com maior frequência na discussão contemporânea e que se impõe dentro do movimento dos movimentos consiste na transformação do conceito de trabalho, na percepção de que ele é, sobretudo, atividade social. Isto significa que o conceito de trabalho se separa do conceito de indústria; isto é, o conceito de valorização está cada vez mais ligado ao conceito de atividade social. Estamos enfrentando uma valorização do trabalho que se torna cada vez mais subjetiva, uma concepção que é cada vez mais uma percepção da cooperação trabalhista, da capacidade de se relacionar em uma atividade da nova qualidade comum da atividade social, a que chamamos trabalho. Tenho a impressão de que esta concepção do trabalho é a que foi privilegiada dentro do movimento dos movimentos.

Isto significa que a maneira pela qual o capital pode assumir esta forma de trabalho pode ser pensada, até agora, a partir do momento em que o trabalho é concebido como capital variável. Ou seja, é como algo que pode ser valorizado somente quando é introduzido como capital constante. É possível que a atividade social como novo conceito do trabalho seja concebida dentro do conceito de valorização. É, então, o problema do capital unitário no sentido que lhe deu Marx. Evidentemente, aqui surge também outro problema: o de como conceber e considerar o desenvolvimento hoje.

A crítica do poder e da resistência

Quando se fala da crítica do poder neste caso, se afirma uma coisa muito simples em relação a tudo o que foi dito até agora – de que o conceito de poder não é um conceito unívoco. O conceito de poder é pelo menos o dobro do poder que exerce o capitalismo. Não existe uma correspondência, uma homologação entre o poder exercido pelo capitalismo e o poder que expressam os movimentos. “Tomar o poder” é uma expressão que cada vez mais perde sentido. O conceito de poder torna-se o conceito de uma relação onde a resistência tem o mesmo valor que o domínio, onde a relação é uma relação frágil, de ruptura, e a extensão e a difusão do poder devem ser considerados com a mesma importância que a unificação virtual do próprio poder.

Este conjunto de temáticas que propusemos até agora se resume em: primeiro, uma diferente concepção da representação e a tentativa de subjetivar, no sentido pleno, o conceito da relação com o Estado; segundo, uma concepção diferente do trabalho, entendido como atividade social e, claro, a tentativa de conceber a produção como algo que tem um caráter originário, essencialmente como trabalho vivo; e, terceiro, uma concepção e uma prática diferente do poder.

Veremos até que ponto a formação, por assim dizer, destes novos movimentos, tudo o que se viveu nos movimentos entre Seattle e Genova e as diferentes situações e determinações de luta, nos ajudam a compreender se era realmente o verdadeiro momento de refundação do movimento de luta social no mundo contemporâneo posterior à Guerra Fria. Isto é, o problema neste ponto é tratar de compreender com que profundidade, com que intensidade, todas as dimensões e conceitos – inclusive as experiências políticas que conduziram a atividade do movimento operário tradicional – são superados e não somente em relação ao aspecto social, mas realmente a partir de toda a situação que cerca nossas lutas.

Se insistirmos nessas características dos novos movimentos, podemos considerar que (e isto não está dado, nem é obvio) quando o movimento aparece e começa a se afirmar é também quando tem lugar a reação geral das forças capitalistas. Conhecemos a dinâmica que haviam estabelecido, para dizer de alguma forma: o império por um lado e a multidão por outro. Esse movimento se rompeu a partir do 11 de setembro e o fez de uma maneira bastante característica porque provava justamente a determinação que os movimentos tinham descoberto.

Isto quer dizer que a resposta capitalista a estes movimentos foi uma resposta que tratou imediatamente de dar uma ordem a este novo caráter, a esta intensidade do movimento. A resposta foi bastante clara, a dimensão mundial se assumia como um território de guerra, compreendida esta como uma intervenção policial que devia romper e interromper qualquer possibilidade de uma determinação contínua da luta.

Depois de 2001, com o ataque às Torres Gêmeas, a política capitalista em nível mundial se redefiniu de uma maneira absolutamente diferente. Todos os elementos de poder foram acentuados, todos os elementos que empurravam para uma organização capitalista, cada vez mais financeira e parasitária (em oposição a uma organização do trabalho cada vez mais importante), e, sobretudo, a propaganda bélica e da superioridade ideológica e cultural do mundo ocidental, significavam a exaltação do capitalismo como tal das formas de democracia tradicionais. Isto ganhou cada vez mais importância.

No entanto, a resistência continuou sob formas bastante diferentes. É preciso dizer que o movimento dos movimentos encontrou momentos de crise muito importantes na Europa e na América do Sul. Diante da exaltação da violência tanto militar como ideológica, diante das consequências da nova orga-

nização capitalista, isto é, a fragmentação e a ruptura do mundo do trabalho e, portanto, o enorme enfraquecimento das organizações dos movimentos operários, resultava quase impossível poder desenvolver uma ruptura com as continuidades do movimento operário, uma ação de resistência e de ataque. Eu considero que na Europa e nos EUA se vive uma situação em que as organizações do trabalho e as que lutam contra a exploração já não existem mais com suas antigas formas de mobilização. Os movimentos se acham em um momento em que estão obrigados a inventar novas formas de organização social que não têm nenhuma continuidade com o passado, nem com as organizações desse passado.

Poder constituinte e Estado-nação na América Latina

No entanto, diante dessa situação – em que, insisto, as organizações da esquerda não existem mais – o ciclo de lutas da nova fase, da nova época, o movimento dos movimentos continua de todas as maneiras, vivendo e subsistindo no mundo. É por isso que resulta tão interessante a situação da América Latina, porque aqui estão vivas algumas das condições características do movimento que citamos anteriormente, tanto no terreno da crítica da representação, como no terreno da crítica do conceito de trabalho e da crítica do poder.

É evidente que – pela situação em que se acha o poder do capitalismo internacional e do capitalismo global depois da guerra em escala mundial e depois do 11 de setembro – na América Latina se rompeu a relação de dependência com o centro imperial. Esta ruptura é um elemento absolutamente fundamental e não somente do ponto de vista da análise da configuração global do capitalismo, mas também da condição dos movimentos. A ruptura desta relação de dependência é a consequência do fato de que a América Latina se encontra em uma situação de interdependência no mundo globalizado, o que determina condições absolutamente distintas e novas. É justamente neste terreno que as características dos novos movimentos encontraram uma expressão excepcional. Bastaria falar do que está acontecendo atualmente na Bolívia para compreender o que dissemos das novas determinações da luta de classes, porque fica absolutamente evidente que isso é o que está em jogo. Não digo que isto seja um modelo, mas é uma experiência e seria fantástico que pudesse se converter em um modelo.

Do ponto de vista do conhecimento atual, é evidente que a experimentação das relações entre movimento e governo é um tema absolutamente central. Vejam bem, quando expusemos este problema do ponto de vista da luta de classes, colocamos o que os capitalistas estão também se propondo a partir de sua posição. Na medida em que a produção não possa ser concentrada em lugares fixos, que o controle social tenha que passar pela organização centralizada da classe operária, na medida em que as lutas destruíssem a capacidade do Estado-nação de intervir com seus próprios meios na luta de classes para bloqueá-la e dominá-la, a própria estrutura do Estado-nação está em crise, porque não é capaz de exercer sua dominação senão dentro de um sistema mundial, de um sistema que tem que ser negociado com outros. Esta é uma situação em que os elementos de decisão política se tornam cada vez mais transcendentais. Nesta situação, está em crise a própria forma de governo constitucional de direito. É evidente que o Estado-nação europeu – para não falar dos outros – não tem nem a possibilidade de exercer o monopólio da força, nem a capacidade de determinar o valor de sua moeda, nem a possibilidade de determinar de maneira independente sua ruptura, à margem do que se concebe como relações internacionais ou como relações globais.

A noção natural dos governos sobre o exercício do direito de gestão do poder público, baseado no caráter universal e geral da lei que se deduz até a decisão de casos concretos, se torna impossível em nível global e em nível local pela relação de força existente. São justamente as outras experiências de governo – as que se exercem continuamente a partir de decisões de casos concretos – as mais governáveis.

Tudo isto mostra até que ponto a fragmentação das capacidades de descentralização do Estado o tornam frágil; até que ponto os processos de governo se tornam cada vez mais incapazes de exercer seu pleno poder. Mas quando afirmamos isto, retomando ao nível da administração efetiva da sociedade, vemos o mesmo dualismo que encontramos no capital. Isto é, que o próprio capital é impossível para o capital constante, mas, ao mesmo tempo, o capital, enquanto centro produtor, torna impossível o governo do capital variável, porque este é o lado ativo, é

cognitivo, e por isso mesmo tem uma qualidade que torna impossível reduzi-lo a uma quantidade. Por este motivo, a produção social e a lei do valor funcionam somente enquanto expropriação da cooperação social; este é o problema. Para governar hoje se necessita dos movimentos; não podemos governar sem eles. É ridículo, não? O fato de que a esquerda tenha que ensinar à direita a forma de governar.

Certamente voltamos a um problema central, o do poder constituinte. Desenvolver esta forma de governo entre os movimentos e a execução e a vontade dos movimentos não é simples; pode estar cheia de contradições. A autonomia em si mesma não é algo que possa resolver o problema, a sociedade continua sendo uma sociedade complexa. Portanto, quando conseguimos intervir nesta ação contínua – que é governar hoje – o conceito da prática comunitária, somente então se torna possível governar e se torna possível de uma maneira revolucionária, construindo o comum.

Esta construção do comum significa hoje recuperar todas as forças de liberdade e de igualdade que existem em nossa sociedade e que estão ligadas, percebam bem, à nova forma que o trabalho assume. Não é possível falar do valor sem liberdade e não produzimos valor sem a comunidade. O comunitário e a liberdade são duas coisas absolutamente ligadas entre si e este é o enorme problema e a grande desutopia. E eu o afirmo porque aparece longínquo como uma utopia, mas está já na experiência de cada dia e, portanto, nós o chamamos assim: uma utopia ao contrário, uma esperança que vive e um modelo a construir. Creio ser isso o que o movimento dos movimentos nos ensinou e espero que o ciclo de lutas que vimos continue, mas além da derrota relativa que os movimentos viveram na Europa e na América do Norte. Hoje, a América Latina tem uma importância central graças a estas experiências, é nossa esperança, e a América Latina chega até Nova York.

Comentário de Álvaro Garcia Linera³

Comentar Toni Negri é um trabalho muito complicado; seu pensamento é muito complexo, muito audaz. Eu sigo sua trajetória desde os anos setenta, nos seus primeiros textos, que agora são muito conhecidos, como o do *operário massa ao operário social*. A produção intelectual de Negri sempre foi uma leitura agradável e exigente, que desafia a modificar os esquemas preestabelecidos nos quais costumamos nos mover.

Vou tentar me deter em alguns pontos de sua exposição, fundamentalmente para dialogar a partir da experiência boliviana, a fim de lhe mostrar alguns aspectos do nosso país e para que isso possa servir também como insumo para suas reflexões posteriores.

Em termos gerais, Toni Negri nos propõe que estaríamos vivendo momentos de uma transformação geral da organização do capitalismo, que também teria dado lugar a uma modificação dos modos, das formas de resistência da sociedade e de organização, modificando as estruturas de representação, as estruturas do trabalho e as estruturas do poder.

Estas transformações do capitalismo, que Toni detecta pelo menos desde o final dos anos sessenta, têm a ver com uma modificação da forma de organização do trabalho. Ele enumerou uma série de pontos: a desterritorialização, o caráter do consumo da força de trabalho, a intensificação dos processos migratórios e a fragmentação da organização do trabalho. Estes processos se dão em todo o mundo; também em nosso país é possível detectá-los com clareza.

Novas formas de organização do trabalho na Bolívia

Com relação à fragmentação da organização do trabalho, se bem que não somos uma sociedade plenamente industrial no sentido clássico do termo, está claro que os níveis de industrialização da América Latina – e a Bolívia – entre os anos trinta e os oitenta foram radicalmente modificados. Houve um processo de diminuição da produção industrial no país, inclusive de fragmentação dos processos

laborais, da articulação em rede de pequenas empresas desconcentradas e setorizadas, que sem dúvida modificou a idéia geral do que entendemos por desenvolvimento industrial. Ficaram para trás as grandes fábricas com suas grandes chaminés, com suas grandes cidadelas operárias; o que temos hoje é uma atividade trabalhista fragmentada e diluída no âmbito da pluralidade das atividades sociais do nosso país.

Em boa parte, isto ajuda a entender também a dissolução da força organizativa e política da Central Operária Boliviana (COB). Uma central de trabalhadores que tentou aglutinar, em torno do mundo operário, o resto da sociedade boliviana e que teve como núcleo os trabalhadores das minas de estanho e das grandes fábricas urbanas, que foram protagonistas dos grandes processos de transformação revolucionária dos anos cinquenta. Esta COB, cujo núcleo sem dúvida foram as grandes minas e as grandes fábricas, em certo momento chegou a criar um bloco social de camponeses, classes médias, trabalhadores urbanos e outros.

Estas grandes minas e estas grandes fábricas hoje desapareceram; em compensação, temos pequenas minas e pequenas fábricas, numerosíssimas em quantidade, mas de reduzido número em sua concentração de força de trabalho. Com isto poderíamos exemplificar o que Toni chama de fragmentação da organização da força de trabalho.

Além de uma desconcentração territorial, dentro dos processos organizativos do trabalho, acontece uma ruptura dos mecanismos de disciplina e de transmissão de saberes do operário mais velho ao operário jovem. Esta forma de treinamento pela transmissão de saberes e pela antiguidade, vinculados à ascensão e uma melhor remuneração (que antes garantiam a unidade de ação do movimento operário), foi substituída por outra forma de disciplina. Assim, esta transferência dos conhecimentos produtivos já não está dentro do mundo operário, mas nas mãos dos patrões, através da transmissão empresarial de conhecimentos. Assistimos, pois, a uma autêntica dissolução dos mecanismos tradicionais de treinamento do movimento operário.

Um segundo elemento apontado por Toni sobre as transformações do capitalismo é o tema das migrações. No caso da Bolívia temos, não recentemente, mas de longa data, processos migratórios intensos. A circulação de operários bolivianos para a Argentina ou para o Chile ou do Chile para a Bolívia e da Argentina para a Bolívia no começo do século XX, se intensificou notavelmente. A partir dos anos sessenta a migração de operários bolivianos se dirigiu fundamentalmente para três lugares: a Argentina, o Brasil, os Estados Unidos e, mais recentemente, a Espanha.

Nos últimos meses, vimos a ampliação deste processo migratório, que não somente é força de trabalho simples – camponeses ou pequenos produtores –, mas também abarca as classes médias profissionais. Resulta assim, que a Bolívia pode gastar cerca de 60 mil dólares para formar um profissional e em seguida este trabalha como empregado doméstico, jardineiro ou cuidador de idosos em algum lugar da Europa ou dos Estados Unidos.

Há um processo de ampliação desta migração, que sem dúvida tem influências notáveis; primeiro, na fuga de capacidades produtivas internas, ainda que a contrapartida seja no ingresso e no retorno de capitais pelas remessas destes trabalhadores a seus familiares. E segundo, a Bolívia deve ser uma das sociedades, – possivelmente junto com a Argentina, El Salvador e o Equador –, com elevadas taxas de migração no continente, em especial durante os últimos dez anos.

Outro elemento que menciona Toni é o da mudança no caráter do consumo da força de trabalho, um passo do material físico para o cognitivo. Este é um tema que foi estudado por Marx no século XIX, através da categoria que mencionava Toni: a subsunção formal do processo de trabalho sob o capital.

Marx afirma que a capacidade intelectual das pessoas conta mais do que o esforço físico, situação que tende a aumentar. No entanto, está claro que no desenvolvimento do capitalismo nunca conta somente o físico, porque a força de trabalho sempre teve dois componentes: o componente intelectual – cognitivo e o componente físico.

O que fez o capitalismo contemporâneo foi modificar a relação entre o intelectual e o físico, ampliando cada vez mais o esforço mental e reduzindo ao mínimo a parte física, à medida que se desenvolve a tecnologia, dado que o esforço físico pode ser substituído por máquinas.

Em compensação, para a atividade mental e cognitiva, Marx marca uma modificação no pólo capitalista: que o intelecto é social. É um fato universal o trabalho físico individualizado e mais personalizado, que também é fruto da coletividade, mas não há nada mais universal do que o cognitivo, o intelectual e o associativo. O capitalismo certamente se desenvolve mediante uma apropriação crescente da capacidade cognitiva, que é um produto e uma força produtiva universal e universalizante; daí esse caráter totalizante e universal do desenvolvimento contemporâneo do capitalismo.

Toni introduz uma categoria muito interessante, eu diria rica: o movimento dos movimentos, porque isso nos permite ver a ação coletiva, a atividade da sociedade, o movimento operário, não a partir somente de sua estrutura, mas fundamentalmente de sua ação. A chave da ação coletiva da sociedade é justamente isso: seu processo, sua mobilização, que se objetivam em suas estruturas, seus discursos, suas lideranças. Daí o conceito preciso e valioso de movimento dos movimentos.

Desafios organizativos do operário social

Toni nos diz que a história clássica do movimento operário – que conhecemos no mundo e em particular na Bolívia – sofre uma interrupção, uma ruptura. No caso da Bolívia, isso é patético. Até 20 anos atrás, falar de movimentos na Bolívia de luta pela democratização, de capacidade de contestação do Estado, era fundamentalmente falar da COB e do movimento operário; hoje já não é assim. E nem tanto porque já não há operários.

Se nos mantemos na definição clássica de operários como pessoas que são empregadas por outras pessoas ou por estruturas que produzem riquezas a partir da apropriação do trabalho contratado, hoje na Bolívia foi extinta a antiga estrutura operária, mas se ampliou o número de operários. Não é que não existam operários, leitura que nos entregava o neoliberalismo no sentido de que “foram extintos os operários, logo, se converteram em empresários da revolução neoliberal na Bolívia e no continente”; isto não é verdade.

Existem agora muito mais operários no sentido clássico do termo e se levamos em conta o conceito de operário social, que Toni introduz desde seus trabalhos anteriores, operários que pudessem abarcar outro tipo de atividade que direta ou indiretamente contribuem para os processos de valorização e de concentração da riqueza, claro que isso se incrementa muito mais ainda. Há um processo crescente de proletarização da força de trabalho em um sentido amplo do termo, não meramente industrial clássico-fordista, digamos.

Mas também é claro que afirmar que há operários não significa que há movimento operário e menos ainda que haja uma continuidade no movimento operário. Há um número crescente de operários no país, o que não existe é um movimento operário, menos ainda uma continuidade do antigo movimento operário organizado de grandes entes industriais. De outro modo, como poderíamos entender os operários agarrando algumas escopetas e entrincheirando-se em suas minas para que não sejam objeto de nacionalização ou de ocupação por parte dos setores indígenas de lugares próximos? Não se poderia entender a defensiva do estilo dos patrões, digamos do centro de trabalho frente ao que consideram um adversário: a socialização da riqueza por parte dos movimentos indígenas, camponeses e tra-

balhadores urbanos, que buscam, na verdade, um processo de apropriação dessa riqueza.

Hoje o movimento operário emergente, pequeno, sem dúvida fraco, é muito diferente do movimento que conhecemos nos anos cinquenta, sessenta e setenta. Talvez seja preferível dizer que estamos diante de um processo de reinvenção do movimento operário, que não poderá ser como conhecemos nos anos 50 e 60, por múltiplos motivos materiais e subjetivos.

Motivos materiais: já não há grandes concentrações de trabalhadores, portanto, não há cidadela, não há uma cultura agregada operária questionada e com a capacidade de transmissão. Além disso, os operários estão dispersos, eles são estudantes do curso de Sociologia, são camponeses temporários, em seguida são assalariados, depois voltam a se converter em pequenos empresários; há uma hibridização da atividade trabalhista no país e no mundo em geral, há uma modificação da idéia do operário.

A questão é: como irá surgir um movimento operário a partir dessas qualidades? Será o mesmo movimento que terá que inventar suas modalidades próprias para construir um movimento operário social, digamos. No fundo, o operário se diluiu no social, usando a definição que dava o comandante Vo Nguen Giap quando explicava sua batalha com os norte-americanos: “Quando nos concentramos, obrigamos à tropa norte-americana a se dispersar por todas as partes para buscar-nos e nós poderemos atacar um pedaço. Se eles se concentram, nós podemos dispersar-nos por todo o território, e assim não podem nos agarrar nunca.” Parece que algo assim é o intelecto operário contemporâneo: quando se concentrou foi atacado por todas as partes e houve um processo material e objetivo de dissolução em múltiplas zonas da sociedade.

O que falta é que, dentro da dispersão, o movimento se converta em uma força de mobilização social operária que já não estará concentrada em um bairro, como Villa Victória, aqui em La Paz, ou em uma mina como Huanuni ou Catavi, mas que terá que ser a totalidade da sociedade.

Esta seria uma das possibilidades do desenvolvimento de um novo movimento operário social que corresponda às características de sua nova base material fragmentada e dispersa. Mas também terá que ser distinto por sua própria atualidade interna; muitos jovens são operários e muitas mulheres são operárias. Nos anos cinquenta, menos de 10% da classe operária tradicional era mulher, enquanto hoje, cerca de 50% são mulheres e as elas introduzem outras lógicas organizativas – usos da linguagem, do espaço, da ação coletiva, do discurso, da capacidade de alianças – que rompem o molde patriarcal e em certa medida machista que caracterizou o movimento operário na Bolívia e no mundo.

Como será essa nova lógica discursiva e organizativa do movimento operário? Quem sabe, mas está claro que não pode haver movimento operário sem mulheres.

Democracia e representação na Bolívia

Toni menciona que um dos pontos que estaria sendo submetido à crítica por este processo do capitalismo é o da democracia, fundamentalmente o da representação política, um assunto muito próximo de nós.

A democracia é, por definição, uma contradição em si mesma. Por uma parte, é o processo de dissolução da tomada de decisões da própria sociedade, mas por outra, tal como se deu historicamente, é o processo de concentração da tomada de decisões. Quando se fala de concentração está se falando de representação. Uma sociedade de nove milhões de habitantes ou de 60 ou de 100 ou de 200 milhões de

habitantes tem que tomar decisões e ao tomar decisões tem que concentrar. Nem sempre podem se concentrar os nove milhões de pessoas para tomar essas decisões, portanto, é preciso delegar responsabilidades e representar.

Mas ao delegar – o que é ao mesmo tempo uma dupla concentração – uma pessoa entrega sua vontade a outra e é necessário voltar a verificar a decisão da primeira; resulta contraditório porque já não é uma pessoa que toma a decisão, mas será outro que o faça por ela. Se não se delega, não há eficácia na tomada de decisão e se se delega, se está entregando a vontade de uma pessoa ao critério e à vontade de outros.

Esta contradição vem desde a época de Cristo até nossos dias, com distintas modificações. Na Bolívia, vivemos nosso processo por um lado como uma grande expansão da democracia que corre para as ruas, que se mobiliza em seus sindicatos, em seus bairros, se indigna contra os governantes, lhes tira o direito de tomar decisões – Sánchez de Losada, Carlos Mesa e outros – e resolve assumir esse direito. Este é o momento da expansão de fato democrático, a democracia se visualiza como um direito real, não meramente formal de depositar o voto.

A Bolívia viveu nos últimos sete anos um ciclo de intensas mobilizações sociais que podem ser lidas como ciclos de intensas reinvenções da democracia: donas de casa, jovens, camponeses, operários, intelectuais, deliberando, tomando decisões em suas mãos, colocando seus objetivos, mudando governantes e definindo o que tem que ser feito no país: nacionalizar os hidrocarburetos, a Assembléia Constituinte, recuperar os recursos naturais. Como um programa de ação de governo, de gestão do coletivo que não nasceu nem das universidades nem do antigo movimento operário, mas dos processos de deliberação democrática da sociedade plebéia, desde seus centros territoriais locais, que foram aumentando e convertendo-se em grandes centros de deliberação geral.

Mas até quando se pode manter este movimento, até onde se pode manter um processo ininterrupto e permanente de deliberação e de assunção direta na sociedade de suas deliberações sem necessidade de delegar? A experiência que temos na Bolívia nos últimos anos – que também podemos comparar com outro ciclo de mobilizações dos anos oitenta, parecido com o atual, mas com outro eixo articulador: operário, indígena, camponês – é que a sociedade pareceria ter momentos de grande mobilização, deliberação e reapropriação de suas decisões, em que não aceita ser representada, mas exige representar-se a si mesma em processos de autorepresentação social.

Mas chega um momento em que isto não continua, chega um limite, começa a reduzir-se e é preciso estudar os motivos. Então, começa a delegação de funções, a entrega da vontade, não somente em eleições internas eleitorais, mas, inclusive, em termos das próprias necessidades básicas.

Cito como exemplo a luta pela recuperação da empresa de água em Cochabamba, com que se iniciou esta época de grandes mobilizações sociais na Bolívia. As pessoas de Cochabamba se mobilizaram, expulsaram uma empresa, mudaram a lei, desconhecaram o Parlamento e disseram que a água não deveria ser privada, que deveria ser da sociedade; tomaram a decisão e, em seguida, voltaram para suas casas, esperando tê-la logo.

Até que ponto é possível manter ininterruptamente o movimento de reapropriação ou quais condições explicam que a sociedade, depois de ter conquistado e exercido seu direito democrático, logo busque um caminho de delegação? No fundo, nosso governo é isso, no fundo é o resultado de um gigantesco processo de mobilização social, de autorepresentação social e de cinco anos ininterruptos com dezenas de mortos, perseguidos, mutilados; de he-

róicas mobilizações que se expandem por todo o país, e em seguida as pessoas te dizem: “Bom, aqui está o voto e você, companheiro, se encarregue de continuar o que eu fiz.”

Foi correto ou não foi? Até que ponto não seria melhor esperar que a sociedade siga se mobilizando e então o governo, resultado desta mobilização, se converta em algo irrelevante, secundário, desnecessário?

A questão chave aqui é nos perguntarmos: é possível que a sociedade se mantenha mobilizada ininterruptamente, é possível pensar em um processo de autorepresentação? Há algumas pistas no mundo camponês indígena das terras altas e das terras baixas, onde existem processos de representação, mas onde não há um processo de delegação do poder. A autoridade tem que cumprir o mandato, mas o mandato em si mesmo não tem poder, não tem um mecanismo de coerção, não tem um mecanismo econômico. A execução depende da delegação da própria decisão da coletividade, inclusive para poder pagar o transporte do representante; esta é uma experiência local comunitária boliviana.

Isto pode potencializar-se e gerar um mecanismo de representação que não signifique delegação das decisões, que não seja simplesmente representação da decisão, porém na verdade, seria a preservação da capacidade de organização material e objetivo da sociedade que está sendo representada. A isto nós chamamos de processo de comunitarização do poder. É outro termo complicado e contraditório em si mesmo, porque todo poder é por definição monopólio e todo comunitarismo é por definição socialização.

Mas talvez valha a pena cavalgar sobre a contradição, talvez seja esta a melhor forma de romper com a *governance*, que é anulação da contradição. A chave de uma nova esquerda é cavalgar sobre a contradição, viver na contradição como única maneira de permitir sempre o fluxo vital da sociedade, mas, ao mesmo tempo, a eficácia dessa vitalidade em idéia e decisão.

Apostar somente na mobilização social e na possibilidade das grandes ações coletivas é desejável para qualquer revolucionário. Termina sendo, além de tudo, idealista porque a sociedade não se mobiliza permanentemente, nem ininterruptamente; a sociedade também repousa e logo volta a se mobilizar, em seguida volta a repousar; o lapso de tempo desses repousos pode ser de uma semana ou podem passar décadas, é imprevisível.

Poder e relação dos movimentos com o Estado na Bolívia

Creio que a relação do movimento com o Estado é um tema novo no debate atual, mesmo que tenha sido discutido por Lênin nos debates da Revolução Russa. Aqui se forjou uma frase: “O governo dos movimentos sociais”, que termina sendo também outra contradição.

Certamente, todo governo – o nosso também – carrega um processo de concentração de decisões em suas mãos. Mas o interessante aqui é: este é um governo em que não somente o líder – neste caso o Presidente, que vem de um movimento social e continua prestando contas para ele -, mas o programa que realiza, surge da demanda e mobilização dos movimentos sociais e boa parte do seu esforço administrativo teve que ser tramitado pela aceitação, a avaliação positiva ou negativa das próprias organizações sociais. Eu diria que é algo novo, que coloca o debate entre poder e movimentos sociais.

Toni disse uma frase muito forte: “O poder é uma relação e a resistência é tão importante como o mando.” Em todo caso, mais que lhe responder, eu lhe comento nossas experiências internas porque não têm uma solução imediata, o movimento irá resolvendo-as no processo.

Acreditamos que a experiência boliviana introduz em todo o debate que se deu nos últimos 20 anos este novo conceito, o tema do poder, porque aqui o governo não foi tomado por um partido de esquerda em sentido estrito; aqui o poder foi tomado por uma aglomeração flexível de movimentos sociais.

Na verdade, estarão exercendo o poder estes movimentos sociais? É uma pergunta para ser respondida de maneira muito objetiva. O que fica claro é: esses movimentos sociais não apenas são a base social mobilizada e as pessoas que colocam o voto, mas são os que colocam o programa e os que no fundo sustentam, rejeitam, se mobilizam ou não em torno das ações que o governo realiza.

Não poderíamos ter tomado uma única decisão transcendental como governo se não tivesse sido por consulta, apoio e mobilização dos movimentos sociais. Talvez estejamos tomando algumas decisões sem consultar as bases dos movimentos sociais, porque nem tudo pode ser consultado em uma assembléia, mas fica claro que as decisões estratégicas em termos de economia, sociedade e política, absolutamente todas, passaram previamente pelas deliberações nos níveis de direção e nos níveis intermediários dos movimentos sociais.

Este é um governo de movimentos sociais. Até que ponto é possível mantê-lo como governo de movimentos sociais e até que ponto isto não vai se traduzir depois em uma nova concentração e delegação? A história terá que definir isso. Em todo caso, estamos em plena fogueira política; é como o magma de um vulcão que ainda não conseguiu materializar-se, é a lava que segue revirando-se nesta relação complexa do poder com os movimentos sociais e com o Estado.

O Estado é também uma relação social. Pode-se ver isto com muita clareza quando se está dentro do próprio Estado, devorado por ele, espero que não excessivamente. Mas a idéia de Estado que tínhamos como marxistas era a de uma máquina. No entanto, a idéia de uma máquina de Lenin não é tão completa; o Estado é uma máquina porque são procedimentos, processos, regulamentos, decisões que atuam automaticamente. Uma decisão governamental tem que passar por trâmites, ministério, burocracia, secretário, secretaria e mobiliza 40 ou 60 pessoas, até que se converta em um texto escrito, que é o que conhece o cidadão.

Há uma máquina, mas claro que é também uma máquina relacional. Faltou a Lênin dizer que é uma máquina de relações mais que uma máquina no sentido estrito, rígido do termo. É uma máquina de relações porque a cada momento, em cada palavra, em cada decisão, se está jogando o posicionamento, o avanço, a vitória, o retrocesso ou o benefício de um grupo em detrimento de outro. Em tudo: um decreto, a aprovação de um contrato petroleiro, a aprovação de um investimento em estradas; em cada uma das decisões se colocam em movimento setores favorecidos, empresas que se verão excluídas, setores produtivos que serão beneficiados, o trabalhador que se verá obrigado a tal ou qual ação ou beneficiado por tal ou qual ação, equipamentos que terão que ser comprados no exterior, recursos que terão que ser reembolsados, dinheiros que deverão ser guardados, sem investi-los em outro lugar, para pagar a dívida.

Coloca-se em movimento total a sociedade: toda decisão do Estado, por mais simples que seja, é um fluxo intenso de relações. O poder é – por definição e na sua essência – uma relação complexa de mandos, obediências, decisões, execuções. Devem ou não intervir nisto os movimentos sociais e a esquerda? Esse é o debate.

Compartilho com Toni a idéia de que não é possível ver o Estado como uma coisa, territorializada: há um Estado ao lado de outro e então vemos o mundo como uma reunião de Estados. O mundo é, no fundo, uma relação que tem momentos de conden-

sação chamados Estado, mas este Estado está articulado, vinculado e é uma síntese do movimento dos outros Estados: Brasil, Venezuela, Estados Unidos, Europa, Bolívia. Qualquer ação ou decisão do Estado está focada em função de interesses, pressões, relações, influências do resto dos Estados. O Estado é um fato planetário que se visualiza temporalmente de maneira local, mas é uma estrutura planetária. Isto se pode ver no momento de assinar um decreto ou promulgar uma lei no Congresso, porque entra em jogo a totalidade das relações do mundo.

Temos problemas na economia, temos uma inflação e uma elevação de preços de certos produtos alimentícios, mas não é um problema exclusivamente do país, é inicialmente um problema do globo, do fenômeno El Niño que não é controlável por nenhum Estado, mas pela natureza. Mas está claro que o problema dos alimentos na Bolívia tem a ver com a produção de alimentos nos Estados Unidos, no Canadá, tem a ver com o preço do petróleo no mundo e tem a ver com a elevação do preço dos minerais na China. Em que medida nós governamos isso? É evidente que não podemos governar isso.

Podemos influenciar em certas decisões? Sim, o Estado tem a capacidade de influenciar certas decisões, mas o fundo das decisões se move sob outros fios, sob outras forças, nas quais estamos simplesmente está na parte superficial.

Isto significa que a esquerda e os movimentos sociais devem abandonar a idéia de influenciar na relação? (dizia-se “ocupar o Estado”, mas creio que é preciso tirar a palavra ocupar; se o Estado é uma relação, não se pode ocupar uma relação). Alguns dizem que não, nós dizemos que sim, e é nossa humilde contribuição ao debate da esquerda.

Tomar o poder para mudar o mundo, essa é uma ilusão, porque tomando o poder do Estado não se está tomando grande parte do poder, porque o poder está em outro lugar ou em nenhum, aliás. O que se toma é o controle de certos mecanismos de influência e nada mais. Esses mecanismos são decisivos para o movimento, para ampliar dizia Toni Negri: a idéia do coletivo, do comum. Não há socialismos de Estado, essa foi uma farsa da esquerda; nem a esquerda pode ser a promotora de um neo-capitalismo de Estado.

Mas acreditamos que sob certas condições, a sociedade se posiciona sobre o Estado, que é o que literalmente se deu aqui. A modificação da relação de forças de poder temporal de uma sociedade, sob certos mecanismos, pode contribuir para enraizar, consolidar e, tomara, potencializar os novos movimentos dos movimentos, os novos direitos.

Será que a sociedade avança por ondas? Marx falava da revolução como um processo de ondas e o que faz a sociedade é levar essa onda para mais além.

Vigência da subsunção de Marx

Toni afirma que há uma redefinição do conceito de trabalho; esta é uma de suas teorias mais fortes, que tem a ver com o debate com o próprio Marx sobre se a valorização do trabalho continua sendo a fonte da acumulação de capital. Há um texto fascinante de Marx onde ele fala sobre o papel do intelecto em geral. A idéia é, e tento resumi-la, que: a riqueza é cada vez menos produto de um grupo de operários e mais da sociedade inteira, que desenhava e imaginou a produção da riqueza. Porque, por exemplo, aqui há zinco, e aqui há um pedaço de aço ou de metal que foi produzido com o trabalho de outras máquinas e de outros conhecimentos que, por sua vez, falam de um processo de crescente universalização.

Marx dizia que o capitalismo é uma contradição em si mesma porque para viver depende do traba-

lho individual do operário, de quem se extrai a mais-valia, mas cada vez mais esse produto tem um componente mínimo de esforço humano individual e é, na verdade, um produto geral social da sociedade universal. Então ele nos dizia que o capitalismo, por sua própria definição exata, está condenado ao fracasso. Ele não queria nos dizer que em 100 ou 200 anos ia acabar, mas simplesmente que sua contradição interna era que a fonte de valorização da riqueza capitalista entrava em contradição com o próprio desenvolvimento da capacidade intelectual, associativa e criativa da sociedade, que era universal.

Então Toni chega à tese de colocar em debate o conceito de valorização do capital – valor que se autovvaloriza, dizia Marx, esse é o capital. É um tema teórico, mas que tem implicações práticas e imediatas, claro.

Não creio que seja necessário superar Marx e Lênin porque o conceito de subsunção tem ainda a força de nos explicar este processo a que Toni dá outro tipo de explicação. Se o capital é fundamentalmente a subsunção ao processo de valorização das capacidades humanas e a principal e ilimitada capacidade humana no intelecto, o capitalismo se desenvolve subsumindo fundamentalmente a capacidade intelectual e associativa da sociedade, que é um componente da força de trabalho. Isto é, o capitalismo contemporâneo se desenvolve porque subsume a ciência, a tecnologia, o conhecimento, a vontade, a associatividade, a esperança da própria estrutura e isto é ilimitado e infinito. Isso também é valorizável porque é trabalho.

Não precisamos ter outro conceito de trabalho nem de valorização para incorporar estes elementos, para entender o desenvolvimento do capitalismo. A fórmula talvez fosse o capitalismo contemporâneo de que nos fala Toni, que no fundo tem sua sustentação na subsunção real da capacidade intelectual, associativa e emotiva da força de trabalho sob o capital. Sendo assim, podemos manter de pé o conceito de valorização.

Então, neste caso, o trabalho mantém sua centralidade, mas, claro, não o trabalho em termos da fábrica clássica, o trabalho no sentido social, em seu sentido pleno de vontade dirigida a um fim. Desde pensar, imaginar, reunirmos, fazer atividade física, tudo é vontade dirigida a um fim e tudo pode ser monopolizado pelo desenvolvimento do capital. Considero que as leis do capital seguem, em teoria, sendo vigentes para este tempo de império e de multidão, e creio que explicam de maneira mais contundente a idéia de império e de multidão que Toni Negri trabalhou nos últimos anos.

Movimento dos movimentos na América Latina e na Bolívia

O continente latino-americano diz Toni, e eu compartilho a idéia, está vivendo um processo de transformações muito intensas. No debate acadêmico e político na América Latina, isto é sinalizado pela existência de governos de esquerda; tudo bem, essa é a superfície. Mas no fundo do fundo, eu acho que o que descreve Toni é correto: há uma ruptura e um enfraquecimento dos mecanismos de dependência do poder central.

Este não é somente um fato de vontade política ou de liderança. Há uma base material do continente em biodiversidade e recursos energéticos que permite uma plataforma de intervenção e de eficácia em certa tomada de decisões em nível mundial; uma consolidação crescente de um mercado regional que afirma uma personalidade própria continental frente aos Estados Unidos, frente à Europa, frente à China e frente à Índia. Mas também há múltiplos, sofisticados e difusos, mas ativos mecanismos de sua afirmação que ainda estão vigentes.

Boa parte do emprego continental e da dívida externa latino-americana dos anos sessenta e setenta se manteve sobre os petrodólares e isto permitiu criar uma série de entraves ao desenvolvimento continental. Era muito evidente que o continente era um servo frente a outros poderes. No momento atual os petrodólares retrocederam ou surgiram outros “petrodólares locais”, outra forma de riqueza local que permitiu uma relativa soberania.

Na Bolívia, há três anos, exportávamos 1.600 milhão de dólares, hoje estamos exportando 4.000 milhões de dólares; em dois anos quase triplicamos a exportação. Isto tem relação com o fortalecimento de setores produtivos, mas também com uma maior capacidade deste governo para tomar decisões.

Até dois anos atrás, os governos bolivianos recorriam ao FMI - Fundo Monetário Internacional ou ao Banco Mundial para pagar os salários a seus trabalhadores. Hoje não há por que acontecer isso; paga os salários com seus próprios recursos. Significa que estamos regressando ao capitalismo de Estado dos anos sessenta? Não, porque os mecanismos de interdependência e de interconexão são muito mais evidentes. Há exportação neste país porque há a China que consome mais mineral, a Índia que extrai sua produção, e se não fosse por isso, nossas exportações estariam limitadas e não teríamos a solvência para tomar decisões.

Existe então uma renovação de mecanismos de decisão autônoma com outros fluxos de determinação externa. O que variou foi: as características desses fluxos externos e a força dos mecanismos de decisão interna, o que está permitindo, sem dúvida, uma reconfiguração do continente. Em certa medida, parece que o continente latinoamericano está se adiantando a outros nestas questões.

Esta modificação da relação de dependência e de soberania – não no sentido decimonônico, mas no sentido contemporâneo de que pode haver soberania relativa sobre certos temas e dependência sobre outros – está permitindo coisas muito interessantes no continente. Potencialmente, existem maiores processos de integração, um despertar mais ativo de uma sociedade civil que disputa o excedente e sua distribuição mais correta, e que ao disputar pela distribuição do excedente cria formas de participação e de ação política diversas, desde as autônomas até as mediadas ou subordinadas a velhos e novos poderes. Mas, em todo caso, o continente – e não somente a Bolívia – é uma zona de experimentação de novas formas do movimento dos movimentos.

Creio que na América Latina estão se inventando coisas novas, que às vezes parecem antigas, mas que no fundo são muito novas. A experiência argentina com o movimento piquetero, os processos de intercâmbio de produtos e o fomento do comércio solidário, experiências urbanas que foram um modo de desenvolvimento da criatividade social. A experiência brasileira com o Movimento dos Sem Terra e as experiências de governo regional e municipal criaram outro cenário de experimentação de mecanismos de organização muito novos. E a Bolívia, à sua maneira, tem também sua própria contribuição para esse novo.

Passamos de uma forma de organização territorializada – fábricas, grande empresa – a um tipo de ação coletiva desterritorializada, usando abusivamente de seu poder. É a mobilização de El Alto, a mobilização do altiplano aymara, a mobilização dos cidadãos de Cochabamba. Estas grandes mobilizações não partiram de uma fábrica, nem de um bairro, mas de múltiplos atores: operários, microempresários, camponeses, intelectuais. Atores que, a partir de redes locais territoriais, criaram outra rede flexível, móvel, que se deslocou ao largo da sociedade e que ocupou o território, porque não pertencia a um território específico e podia se mover como se a totalidade do território fosse própria.

Na Bolívia não existem movimentos sociais de base territorial; pode-se dizer que o que há são movimentos sociais com temáticas transversais. O tema da água e o tema do gás unem camponeses, intelectuais, pequenos produtores, comerciantes, operários assalariados, que se mobilizam em torno de um objetivo. Uma vez conquistado o objetivo, cada um regressa à sua atividade local, territorial, para em seguida ser convocado novamente para outra ação coletiva, por outra mobilização e por outra demanda.

Algo novo aqui, que é central para entender a Bolívia, é a reformulação do tema da identidade. Toni Negri dizia que, no fundo, tudo é luta de classes – eu concordo plenamente com essa afirmação – e o interessante na Bolívia é que as classes sociais foram construídas etnicamente ou, se preferirmos, há uma dimensão étnica da classe social.

No fundo, toda classe social tem uma dimensão étnica cultural, mas nem sempre a dimensão étnica cultural é o mecanismo mediante o qual se visualizam as classes sociais. No mundo inteiro, as sociedades têm uma dimensão e um componente étnico-cultural, mas as circunstâncias fizeram com que na Bolívia esta parte étnica cultural da constituição material das classes sociais seja o mecanismo identitário mobilizador em torno do qual se despertam as convocações, as indignações e as propostas frente ao Estado.

Afirmar que há classes por um lado e etnias ou coletividades étnicas culturais nacionais por outro é falso, porque no fundo a sociedade contemporânea e os Estados contemporâneos são sempre racializados, ainda que tenha escondido este seu caráter por trás de um discurso de universalidade em relação ao liberalismo do século XVIII, quando estavam nesse processo.

No caso da Bolívia, a forma de visibilização da organização, não a única, mas a mais importante e a com maior capacidade de pressão social, se tornou notória a partir da reivindicação do complemento étnico, cultural e de identidade. E não por casualidade, porque era uma sociedade racista que escondia a dominação de classe detrás de uma dominação étnica, e as classes sociais podiam visibilizar-se a partir da cor da pele, do idioma, do sobrenome.

O interessante na Bolívia é que há uma mobilização coletiva de pequenos produtores, de operários desterritorializados, mas que não se mobilizam nem levantam suas bandeiras públicas através da identidade operária, mas da identidade cultural ou, em outros casos, a partir de uma temática aglutinadora. Claro que isto nos obriga a reinventar as formas de organização, as formas discursivas e as formas de interconexão.

O trabalho que se requer para unir as coisas é infinito e a sociedade fez inumeráveis esforços nesse sentido, porque o que prevalece na sociedade é, sem dúvida, a força da segregação, que é o normal; o anormal é a força de agregação. Construir mecanismos de agregação; entender que tinha que ser por temas e não necessariamente por programas de caráter partidário; o ter que compreender que as estruturas políticas tinham que ter esse caráter flexível de alianças e não monolíticas organizações no estilo clássico, suscitou um debate interno entre dirigentes, organizações e a própria iniciativa social das pessoas.

- Os artigos publicados neste caderno foram originalmente publicados em *Imperio, Multitud y Sociedad Abigarrada*. Livro que reúne um ciclo de seminários internacionais intitulado: *Pensando el Mundo desde Bolívia* (La Paz, Bolívia, 2008).
- Filósofo e militante marxista. Membro do Partido Socialista Italiano (PSI) desde 1963 e fundador, entre outros, do grupo *Potere operaio* (Poder Operário). Recentemente, publicou junto com Michael Hardt *Império* (2000) obra que gerou um amplo e ainda não concluído debate.
- Sociólogo, vice-presidente da Bolívia. Autor, entre outros, de: *Estado Multinacional* (2005) e *Sociología de Los Movimientos Sociales en Bolívia* (2004).

A noção de autovalorização¹

Luis Tapia²

O que está acontecendo na Bolívia e em outros lugares, onde se questionam as formas monopolistas e belicistas da política e da economia, está relacionado às práticas de autovalorização de uma diversidade de coletividades que, passam pela capacidade de auto-organização, de ação e, particularmente no caso da Bolívia, de uma forte relação com identidades culturais de muito longa data e de grande peso, que mantiveram suas matrizes sociais ao longo de muitos séculos.

A autovalorização conjunta de várias coletividades colocou o Estado em crise porque, a dominação em termos de exploração econômica e de controle político passa pela desvalorização dos indivíduos, o que implica em mantê-los desorganizados ou organizados de forma subalterna, sem capacidade de agir com determinação. Portanto, a autovalorização é um elemento chave da constituição de sujeitos políticos e é, uma das fontes da construção do bloco dominante e, em particular, da crise de Estado vivida na Bolívia.

Isto está ligado da seguinte maneira à idéia de Judith Revel de “colocar-se fora de si”: na Bolívia e talvez em outros países, mais que ter movimentos, o que se mobilizou no país foi um conjunto de organizações de longa data, muitas delas com tradições corporativas, que em conjunturas excepcionais foram além do seu âmbito normal e se encontraram com outras forças, produzindo a autovalorização. Esta é o resultado da intersubjetividade composta desse encontro, que coloca em crise o tipo de separação que normalmente exerce o Estado.

O “colocar-se fora de si” em termos de mobilização ou de constituição de movimentos sociais implica na interpenetração com outros. E caberia também pensar que isto tem a ver com o desenvolvimento da capacidade de construção política, isto é, vale mais quando se desenvolve a possibilidade de construir com outras formas de convivência. Nesse sentido, passa pela capacidade de conviver melhor com outros, de “sair de si” para se valorizar.

Outra idéia que quero resgatar é a da maioria ligada ao poder e a minoria como contrapoder, com possibilidades de criar um poder constituinte. Um dos dilemas na Bolívia é que a multidão ou a massa mobilizada que saiu de seus espaços corporativos colocou-se em uma reconstrução comum do país e tem como uma de suas possibilidades e linhas de ação a simples reformulação das estruturas estatais preexistentes e, no pior dos casos, a substituição dos sujeitos governantes por representantes de grupos de trabalhadores camponeses e operários.

Isto é, pode-se optar por se tornar uma maioria com apoio eleitoral, mas perdendo sua dimensão de poder constituinte, de reformar e introduzir maior fluidez para criar espaços onde se desenvolva a capacidade de produzir sociabilidade e formas de governo em um sentido mais democrático.

Na Bolívia, a Assembléia Constituinte tem a ver com o fato de que muitas das forças existentes no país sentiam que ninguém poderia impor ao resto ou elaborar sozinho um novo projeto de reconstituição com possibilidade de aceitação e legitimidade importante. Assim, foi necessário fazer a Assembléia Constituinte de forma conjunta.

Vou referir-me agora às inovações na forma de transição e ao fato de que na Bolívia se dê uma transição democrática, sem que se tenha pensado na imposição de uma política e sociedade estruturadas através de formas autoritárias.

Menciono duas coisas breves. A primeira, refere-se no caso boliviano à chamada democracia libe-

ral representativa que quase nunca foi defendida pela burguesia e pelos liberais. Se nos recordarmos, foi demandada e conquistada pelo movimento operário e por pessoas articuladas em torno da Confederação Operária Boliviana (COB) nos anos setenta, para não irmos mais longe no tempo. Em seguida, foi defendida nos últimos anos por sindicatos camponeses e por uma diversidade de formas de organização popular que não são liberais nas suas crenças: muitas delas nem sequer pertencem a âmbitos muito modernos da economia e da política. Inclusive as reformas que foram feitas no marco da aplicação do regime liberal no país foram promovidas por forças camponesas, populares e de trabalhadores.

O fato de que na Bolívia se mantenha o estado de direito, com reconhecimento dos direitos políticos sob o moderno formato liberal, tem como condição a participação de forças políticas que colocaram em crise o Estado que temos no país, porque esse conjunto de instituições estava sendo dirigido para aumentar as desigualdades e as formas de exclusão e de discriminação. Mas, ao mesmo tempo, várias dessas forças estão vinculadas a matrizes comunitárias, a formas assembleístas – seja de origem sindical, de bairro ou de outro âmbito – que estão criando a possibilidade de trânsito para além do formato liberal, da delegação de poder, da atribuição de representação dos cidadãos por algumas elites, que poderiam circular pelo governo para formas que permitam a existência de uma rede mais extensa e contínua de deliberação no país. Esta rede, que já existe de fato, necessita de maior reconhecimento e influência nas decisões, em nível macro do país.

A transição que se dá pela democracia responde a tradições, umas mais recentes que outras, que foram internalizadas no seio das organizações populares. Estas organizações tanto camponesas como de assembléias de povos indígenas e outras formas de associação permitem que hoje se estejam desenvolvendo de maneira paralela formas de democracia direta assembleísta e também formas de representação moderna liberal, tensionadas em termos de redefinir a forma de organização no país.

Quero abordar agora temas sobre os vínculos que podem se estabelecer entre multidão e democracia. Na Bolívia é necessário trabalhar esses temas e dedicar-lhes mais atenção. Por um lado, está a idéia de que a produtividade social está enraizada em última instância no trabalho vivo, já que são os sujeitos que, sob diferentes formas de relação social, desenvolvem suas formas de conhecimento para produzir o tipo de materialidade através da qual interagimos.

É preciso recordar a velha idéia de Marx de que a principal força produtiva é o tipo de relação social, a forma de relação entre os seres humanos, antes da tecnológica, o uso da técnica ou experiências com relação à transformação da natureza física ou humana. A esse respeito, o trabalho vivo na Bolívia tem um tipo de produtividade não apenas econômica; tem também outro tipo de produtividade no sentido de desenvolver capacidades de organização e de resistência e, portanto, de produção de formas de multidão ou de fusão de massas, que tornam possível que estejamos vivendo nos últimos anos uma fluidez, produto da configuração de um poder constituinte e a possibilidade de atacar desigualdades e a colonização.

Este trabalho vivo teve formas históricas que permitiram acumular experiência que, de maneira mutante, se está reativando nos últimos tempos. Recordo brevemente, que nos anos setenta e parte dos oitenta a COB era uma forma de articulação do trabalho vivo, que fazia com que inclusive aqueles que

não eram assalariados se identificassem como trabalhadores e se valorizassem como tais. O trabalho vivo se autovaloriza em termos de organização, de participação em fatos comuns, de acumulação histórica e organizativa, que de maneira mutante hoje está se reativando na Coordenadoria da Água, no sindicalismo camponês e, com alto grau de renovação, em outras formas de ação política coletiva.

Outro aspecto em que colocam ênfase Negri e Hardt tem a ver com a dimensão da multidão como força produtiva ou com capacidade de produtividade relacionada com o saber e a produção de riqueza material como condição da democratização. Nos últimos anos, na Bolívia, nos concentramos em discutir a democratização como uma simples reforma das instituições políticas, como algo que se poderia resolver através da mudança das leis. Como Toni Negri mencionava, colocando um novo sistema abstrato de leis, das quais podemos deduzir a forma de governar o país, de reordená-lo, dentro de margens ilusórias de equilíbrio ali onde continua existindo desigualdade social e formas de discriminação.

Uma das idéias fortes em Império e, sobretudo, em Multidão, é que as formas contemporâneas pós-fordistas, produzidas pela subsunção formal, fazem com que se gere o intelecto geral, isto é, uma capacidade socializada de ir produzindo conhecimento e tecnologia e de ir reformando as condições materiais. Isto é possível pelo grau de circulação desse conhecimento através das novas tecnologias, já que impossibilitam sua apropriação individual. Ao contrário, o conhecimento vai se desenvolvendo na medida em que circula e outros vão aumentando e corrigindo-o, de forma que esta capacidade socializada de produzir conhecimento, portanto, de produzir inclusive no sentido mais estritamente econômico, é uma das condições da democratização ou da capacidade de autogoverno.

Concluo, juntando duas coisas. Um poder constituinte, inclusive sob a modalidade em que se configurou na Bolívia nos últimos anos, tem como uma de suas forças a capacidade de romper os obstáculos que o monopólio impõe à socialização, a circulação e a articulação do intelecto em geral, para criar aqui as condições de uma democratização mais substantiva ou total e com influências para fora.

Recordo outra idéia desses dois textos, que é a do código aberto que se utilizam, sobretudo, os que trabalham na produção e no desenvolvimento do conhecimento através da internet. O código aberto funciona da seguinte maneira: alguém introduz algo sem controle e o resto pode utilizá-lo ou desenvolvê-lo de maneira mais livre para em seguida reintroduzi-lo, a fim de que outros voltem a usá-lo de forma que outros mais possam elaborá-lo e, assim, melhorar as condições da socialização e, portanto, a autovalorização do trabalho vivo em suas diferentes dimensões.

Uma das tarefas do processo constituinte na Bolívia é a produção de códigos abertos na economia, na cultura, na política, de forma que se possam potencializar as possibilidades que o trabalho vivo, que é heterogêneo devido à diversidade cultural boliviana, já despertou na democratização do país.

1 Este artigo foi originalmente publicado em *Imperio, Multitud y Sociedad Abigarrada*. Livro que reúne um ciclo de seminários internacionais intitulado: *Pensando el Mundo desde Bolivia* (La Paz, Bolívia, 2008)

2 Filósofo, doutor em Ciência Política e coordenador do Programa de doutorado em Ciências do Desenvolvimento da Universidade Maior de San Andrés (UMSA). É autor de, entre outros, *Por el sí, por el no. Análisis e interpretación del referéndum, e La condición multisocietal. Multiculturalidad, pluralismo y modernidad*.

Novidades Editoriais Clacso



Os desafios das emancipações em um contexto militarizado

Ana Esther Ceceña (org.)

A característica mais evidente do processo de construção e exercício da hegemonia é atualmente marcado por procedimentos e lógicas militares no desenho da política mundial. Simultaneamente, em parte como causa e em parte como resultado há uma tendência latente à insurreição generalizada que se manifesta em múltiplas explosões sociais mais, sobre tudo, na construção de alternativas anticapitalistas ou não capitalistas que aparecem tanto nos discursos de alguns movimentos como em algumas práticas de organização social.

O Grupo de trabalho Hegemonias e Emancipações do Conselho Latino americano de Ciências Sociais se propõe estudar estes processos desvelando suas dinâmicas mais profundas e sutis, acompanhando as lutas dos movimentos sociais e intelectuais para descolonizar o pensamento e as práticas sociais. Entender a dominação nas suas mais variadas vertentes é imprescindível para construir a emancipação.



La potencia plebeya. Acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia

Álvaro García Linera (autor)
Pablo Stefanoni (Apresentação)

Além de vice-presidente e “co-piloto” de Evo Morales, Álvaro García Linera é um dos intelectuais mais destacados da Bolívia, o que o coloca imediatamente no lugar de intérprete do complexo processo político e social iniciado el 22 de janeiro de 2006 com a chegada ao governo de Evo Morales Ayma, o primeiro indígena a comandar esta nação andino-amazônica na qual 62% de seus habitantes se auto identificam como parte de um povo de origem majoritariamente quechua e aimara.

Evo, Morales o convidou em 2005 para compor a candidatura presidencial (depois da tentativa de buscar um “empresário nacional”) por considerá-lo uma “ponte” e um tradutor, entre os camponeses e indígenas e as classes médias urbanas receosas de votar em um campesino quase iletrado, que tinha como única credencial educativa o ensino médio. Entretanto, mais aberta a aceitar um dirigente “cocalero” acompanhado por “um homem que sabe”, como dizia um de seus cartazes durante a campanha eleitoral de 2005.

Cadernos de Pensamento Crítico Latino-americano II

- Sumário
- Apresentação
Emir Sader
- A transição haitiana: entre os perigos e a esperança
Suzy Castor
- Cultura e democracia
Marilena Chauí
- Reflexões sobre as “revoluções interrompidas” (uma rotação de perspectivas)
Florestan Fernandes
- Globalização e Segunda República
Orlando Fals Borda

- Pela grande colômbia bolivariana: bases para enfrentar ameaças internacionais. Algumas estratégias de defesa
Orlando Fals Borda
- Guatemala 2000: um edifício de cinco andares (introdução a uma análise de estratificação social)
Edelberto Torres-Rivas
- Conclusões para uma plataforma de debate sobre o estado e seu papel na eliminação da pobreza
Mayra Paula Espina Prieto
- As crises do capitalismo e do neoliberalismo e a esquerda
Emir Sader
- Dossiê Reforma Universitária – Os 90 anos da Reforma Universitária de Córdoba – *Por vários autores*



Programa de Comunicação Audiovisual

O Programa de Comunicação Audiovisual se propõe a fazer uso das especificidades da linguagem e dos meios audiovisuais com o intuito de ampliar o alcance das pesquisas, estudos e debates realizados no âmbito dos diferentes programas do CLACSO. O Programa estimula a difusão e circulação de documentários sociais e políticos de caráter independente, relevantes na aproximação aos processos e acontecimentos sociais. Entre suas principais atividades se encontra a realização audiovisual integral, a transmissão ao vivo de atividades acadêmicas, a conformação de uma Rede Áudio-visual das Ciências Sociais com sua expressão pública em uma Videoteca Virtual e na organização do Concurso Latino-americano de Documentários “Outras Miradas”, cuja segunda edição se anunciará proximamente.

www.clacso.org.ar/difusion/secciones/audiovisual

Biblioteca virtual

Com o objetivo de promover e facilitar o acesso aos resultados das pesquisas dos Centros Membros via Internet, o CLACSO oferece livre acesso à sua Biblioteca Virtual de Ciências Sociais, que recebe por mês mais de 300.000 consultas de textos. Os serviços incluem acesso à Sala de Leitura com 9.000 textos completos de livros, artigos, palestras e documentos de trabalhos publicados pela rede CLACSO e outras instituições; bases de dados sobre a produção acadêmica dos Centros Membros e registros bibliográficos de suas publicações e pesquisas e também de seus pesquisadores, com e-mail disponível para contato; e links que dão acesso a outras bibliotecas virtuais com mais de 100.000 textos completos de Ciências Sociais.

www.biblioteca.clacso.edu.ar